

E-ED-RR 1.738/1998-092-15-40 – SBDI-1 – PUBLICAÇÃO: DEJT 09/10/2009 (MPT-PRT15 x SANTANDER – controle da jornada – registro do horário efetivamente trabalhado)

EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. O artigo 129, III, da CF confere legitimidade ao Parquet para tutelar os interesses difusos e coletivos, prevendo, ainda, em seu inciso IX, autorização ao Ministério Público para exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade. O e. Supremo Tribunal Federal já decidiu que os interesses homogêneos são espécie dos interesses coletivos, registrando a máxima Corte que Direitos ou interesses homogêneos são os que têm a mesma origem comum (art. 81, III, da Lei n 8.078, de 11 de setembro de 1990), constituindo-se em subespécie de direitos coletivos. (...) Quer se afirme interesses coletivos ou particularmente interesses homogêneos, *stricto sensu*, ambos estão cingidos a uma mesma base jurídica, sendo coletivos, explicitamente dizendo, porque são relativos a grupos, categorias ou classes de pessoas, que conquanto digam respeito às pessoas isoladamente, não se classificam como direitos individuais para o fim de ser vedada a sua defesa em **ação civil pública**, porque sua concepção finalística destina-se à proteção desses grupos, categorias ou classe de pessoas. (RE 163231 / SP - São Paulo, Relator Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJ 29-06-2001). Nesse contexto, correta a e. Turma que reconheceu a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizar ação civil pública cujo objeto é que o empregador seja proibido de impedir que seus empregados anotem a real jornada de trabalho. Recurso de embargos conhecido e não provido.

AIRR 302400-56.2010.5.03.0000 - Publicação: DEJT 1º.07.2011

Relator Min. Horácio Raymundo de Senna Pires

Agravante: Arcelormittal Inox Brasil S.A.

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 3ª Região

Procuradora Dra. Maria Amélia Bracks Duarte

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. REGISTRO DE PONTO POR EXCEÇÃO. VALIDADE. Correta a decisão regional que considerou inválida a forma de registro de ponto por exceção (registro apenas dos possíveis excessos, sem anotação dos limites diários da jornada), em virtude de contrariar o art. 74, § 2º, da CF, uma vez que formas que visem à simplificação do controle de jornada são distintas das que eliminam esse controle (que é a hipótese dos autos). Ressalte-se que o e. Tribunal Regional, analisando o conjunto probatório, entendeu pela invalidade do sistema de registro de ponto por exceção, ainda que autorizado por norma coletiva, ao verificar, além de tudo, que a inscrição das horas extras dependeria de aprovação do gerente ou outro superior, o que poderia ser discricionariamente obstado, causando

prejuízos ao trabalhador. Assim sendo, inviável a admissibilidade do agravo de instrumento, porquanto conclusão diversa exigiria nova aferição do contexto probatório, procedimento inviável nesta esfera recursal, como elucida a Súmula 126 desta Corte. **Agravo de instrumento a que se nega provimento.**

RR 77300-35.2008.5.03.0071 - Publicação: DEJT 25.11.2011

Relator: Min. Mauricio Godinho Delgado

DECISÃO: , por unanimidade, conhecer do recurso de revista por ofensa ao art. 127, "caput", da CF, quanto à legitimidade do MPT, e, no mérito, **dar-lhe provimento para declarar a legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho e, por consequência, determinar o retorno dos autos ao TRT de origem**, a fim de que prossiga no julgamento do recurso ordinário da Reclamada, como entender de direito.

EMENTA: RECURSO DE REVISTA. 1) PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Considerando-se que a decisão do mérito será decidida em favor da parte a quem aproveita a declaração de nulidade, deixa-se de apreciar a preliminar, em face do disposto no art. 249, § 2º, do CPC. **Recurso de revista não conhecido, no particular. 2) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE.** Trata a hipótese vertente de controvérsia quanto à **legitimidade**, ou não, **do Ministério Público do Trabalho para ajuizar Ação Civil Pública pela constatação de descumprimento, pela Reclamada, da legislação trabalhista quanto às seguintes irregularidades arroladas na inicial:** a) deixar de consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horários de entrada, saída e período de repouso efetivamente praticados pelo empregado, nos estabelecimentos com mais de 10 (dez) empregados; b) deixar de conceder aos empregados um descanso mínimo de 11 (onze) horas entre duas jornadas de trabalho; c) prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal; d) exigência de prestação de horas extras habituais; e) não adotar sistema eletrônico inviolável de registro de horário, bem como não emitir mensalmente relatório a cada trabalhador da jornada extraordinária; f) exigência de trabalho em dias feriados, salvo se atendidos os requisitos previstos na Lei 10.101/00. Pleiteou, também, o MPT indenização por danos morais coletivos. O Regional concluiu pela ilegitimidade ativa do Ministério Público, ao entendimento de que a natureza dos direitos defendidos na presente ação não diz respeito a direitos difusos, coletivos ou individuais, na forma do art. 81 do CDC. Ao contrário do que entendeu o Regional, o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para atuar em tais casos. Quando se trata de direitos trabalhistas, como o objeto da presente demanda, estamos diante de direitos individuais homogêneos, perfeitamente defensáveis pelo Ministério Público do Trabalho. Precedentes desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido.

TST condena Carrefour por dano moral coletivo por fraude em registro de jornada

(Sex, 30 Mar 2012 13:51:00)

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ao pagamento de R\$ 1 milhão a título de dano moral coletivo ante a comprovação de que a empresa exigia de seus empregados prestação de jornada extenuante, conforme alegado em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 1ª Região (RJ).

Segundo o MPT, o Carrefour vinha violando, de forma reiterada, direitos dos trabalhadores ao exigir que eles batessem o cartão de ponto e voltassem a trabalhar. Contudo, o TRT-RJ julgou incompatível a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos difusos por entender que a ação visava à proteção de "interesses individuais homogêneos (presentes e futuros) dos trabalhadores que tenham sofrido prejuízo pelas irregularidades cometidas pela parte contrária de forma genérica continuativa."

Ao recorrer ao TST, o MPT sustentou que o Regional teria incorrido em violação do artigo 5º, incisos II e V, da Constituição da República quando decretou a impossibilidade da condenação a título de dano moral coletivo mesmo tendo reconhecido a lesão aos direitos individuais homogêneos dos empregados do Carrefour em relação à fraude no registro de jornada de trabalho. No recurso de revista, o MPT pretendia que a real jornada de trabalho fosse registrada pelos empregados e que fosse determinado à empresa pagar as horas extras realizadas.

A ministra Maria de Assis Calsing, relatora do acórdão, observou que, no caso dos autos, não restava dúvida quanto à proteção que deve ser garantida aos interesses transindividuais, e destacou que o interesse coletivo foi de fato atingido, em face da atitude da empresa ao exigir de seus empregados jornada de trabalho superior à autorizada pelo ordenamento jurídico. E assim, salientando que a reparação por dano moral coletivo visa à inibição de conduta ilícita do empregador e atua como caráter pedagógico, a relatora verificou que a indenização pedida na inicial (R\$ 10 milhões) era excessiva e desproporcional. Nesse sentido, Maria de Assis Calsing reportou-se ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade para determinar um valor adequado ao cumprimento do caráter pedagógico da punição. A indenização, fixada em R\$ 1 milhão, será revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nos termos da Lei n.º 7.347/85, que disciplina a ação civil pública.

Processo: ARR 14900-80.2006.5.01.0080

Santander é condenado por irregularidade no controle de ponto de bancários

(Ter, 17 Abr 2012 12:39:00)

Por impedir a anotação de horas extras nos controles de presença dos empregados de Campinas (SP), o Banco Santander (Brasil) S. A. foi condenado, em ação civil pública, ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de cem vezes o valor do piso de um bancário daquela cidade paulista. O banco entrou com recurso, mas a **Oitava Turma** do Tribunal Superior do Trabalho manteve a decisão condenatória.

A ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, em 1998, contra o então Banespa – Banco do Estado de São Paulo, mais tarde sucedido pelo Santander. A ação foi julgada procedente, e o banco condenado ao pagamento da indenização. A sentença registrou que a verdadeira jornada dos bancários não podia ser anotada nos cartões de ponto, resultando num flagrante desrespeito a seus direitos trabalhistas.

Tendo o Tribunal Regional da 15ª Região mantido a sentença, com o entendimento de que a situação irregular perdurou no tempo e justificava a indenização, o banco recorreu ao TST alegando, entre outros motivos, que a irregularidade na anotação da jornada de trabalho não ensejava a condenação por dano moral coletivo, uma vez que não era causa de "comoção e repulsa à sociedade".

Ao examinar o recurso na Oitava Turma, a relatora, ministra Dora Maria da Costa, afirmou que o dano moral existiu, pois a empresa, ao proibir que as horas extras fossem anotadas nos controles de presença, ou seja, não permitir o registro do real horário de trabalho, incorreu em conduta prejudicial aos seus empregados, fazendo com que muitos deles ajuizassem ações trabalhistas individuais, como noticiou o Tribunal Regional. A conduta do banco, segundo a ministra, é um "típico caso de dano moral coletivo". Seu voto foi seguido por unanimidade.

Processo: RR 173800-19.1998.5.15.0092

Itaú é condenado em dano moral coletivo por impedir registro de horas extras

26.04.2013

A **Subseção I Especializada em Dissídios Individuais** (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em sessão de julgamento realizada nesta quinta-feira (25), **não conheceu de recurso** do Itaú Unibanco

S.A. e manteve a condenação imposta à empresa para pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 mil. O caso teve início com ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que **pleiteou a indenização alegando que o banco não permitia o registro de horas extras no ponto dos empregados e não procedia com os respectivos pagamentos.**

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), que condenou a empresa originalmente, o fez dando provimento a recurso ordinário do MPT. Conforme a decisão, ficou demonstrado no processo que o Itaú desrespeitou as normas que tratam da jornada de trabalho ao não registrar e fazer o pagamento das horas extras. O Tribunal considerou a existência de autos de infração expedidos pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego que constatarem a irregularidade praticada na agência do banco no município de Bauru (SP).

"Foram lesionados os direitos não apenas dos empregados do banco, mas dos trabalhadores em geral, haja vista que a observância da legislação interessa a todos, caracterizando-se a sua violação como ofensa à moral social", consta na decisão. Foi então determinada a destinação do valor indenizatório ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), segundo o artigo 13 da Lei 7.347/85.

O Itaú recorreu contestando a condenação e o valor a ela arbitrado. Alegou que a própria ideia de dano moral coletivo, no caso, é "absurda", tendo em vista a ausência de prova de lesão à coletividade. Afirmou que o dano moral tem natureza subjetiva individual, não alcançando a coletividade, e sustentou que, "ainda que alcançasse", a condenação imposta não poderia repará-lo, na medida em que o valor foi direcionado ao FAT.

A análise da matéria ficou sob encargo da Primeira Turma do TST, que não conheceu do recurso. O colegiado consignou que, no caso, o bem jurídico a ser protegido é a saúde e a segurança dos trabalhadores. "O elemento cuja gravidade caracteriza o dano moral coletivo é a lesão intolerável à ordem jurídica, e não necessariamente sua repercussão subjetiva", expressa o acórdão.

Quanto ao valor da indenização, a Turma registrou que a medida é punitiva e pedagógica, "funcionando como forma de desestímulo à reiteração do ilícito e sancionando a empresa". A finalidade é "reprimir o empregador que se enriquece ilicitamente" a partir da inobservância da legislação.

Dano questionado

Novo recurso do Itaú, agora de embargos, levou a matéria para julgamento na SDI-1. Conforme sustentado pela defesa da empresa, o acórdão regional fundamentou seu entendimento apenas no desrespeito às normas trabalhistas que tratam da jornada de trabalho, "mas sem fundamentação de prova, ou seja, de comprovação do nexo causal para a condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos".

O representante do Ministério Público do Trabalho na sessão destacou que a ação civil pública que deu início ao processo diz respeito a tema tratado pela Constituição Federal em diversas menções. "Sabe-se que, quando o legislador onerou as horas extras, ele quis inibi-las, e não estimulá-las", afirmou o procurador. "O nexo entre a conduta do empregador e a violação do sistema legal é a proteção ao trabalhador, que restou atacada".

O relator dos embargos, ministro Renato de Lacerda Paiva, observou que o conhecimento da matéria é obstado pela **Súmula 296 do TST**. O verbete determina que, para ter seu recurso conhecido, **a parte deve apresentar divergência jurisprudencial específica**, que revele a existência de teses diversas na interpretação da lei em casos idênticos. Para o colegiado, a jurisprudência apresentada pela defesa do banco para comparação não abordou a caracterização do dano moral à coletividade em casos nos quais a empresa não registra e remunera as horas extras prestadas pelos seus empregados, hipótese dos autos.

Processo: E-ED-RR 155485-67.2003.5.1.0091